

A SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO INTRAFAMILIAR NAS FAMÍLIAS COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Bruna LEAL ¹

Silvia Helena MANFRIN²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo trazer um breve perfil das famílias que ingressaram na organização APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), da cidade de Teodoro Sampaio, no ano de 2017, destacando os possíveis preconceitos vivenciados no ambiente intrafamiliar em função da presença de uma pessoa com deficiência e a importância da intervenção profissional do Serviço Social da entidade no fortalecimento dessas famílias, na superação de preconceitos, resultando numa melhoria dos cuidados prestados à pessoa com deficiência. A elaboração do artigo foi concretizada através da metodologia de entrevista e rodas de conversa com a assistente social responsável pela entidade, além de pesquisas bibliográficas, fontes de pesquisa eletrônicas e documental realizada na entidade.

Palavras-chave: Família. Pessoa com Deficiência. Serviço Social. Assistente Social. APAE.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discutirá, a partir da análise das entrevistas e rodas de conversas realizadas com a Assistente Social da APAE no ano de 2017, onde foram discutidos acerca dos preconceitos vivenciados nas relações intrafamiliares decorrentes da vivência com uma pessoa com deficiência, a partir da situação vivenciada pelas famílias no processo de aceitação, compreensão e cuidados voltados as pessoas com deficiência, objetivando, através da ação do serviço social, reduzir ou romper com o preconceito intrafamiliar, através de orientações para o

¹ Discente do 7º Termo do Curso de Serviço Social, no Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. E-mail: Brunaleal05@outlook.com

² Docente do Curso de Supervisão Acadêmica de Serviço Social, no Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. E-mail: silviamanfrin@toledoprudente.edu.br

fortalecimento dos vínculos. Este percurso será realizado através das pesquisas de campo, pesquisas bibliográfica e eletrônica.

Para a construção do referencial teórico, traremos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto Nacional das APAES, bem como algumas discussões sobre família e suas relações, apresentaremos a centralidade das políticas públicas no fortalecimento da família para que ela possa exercer sua função protetiva, projetando esse fortalecimento através de programas e serviços ofertados no âmbito socioassistencial, e por último traremos ainda alguns aspectos referentes ao preconceito.

A partir do referencial teórico buscaremos apontar, como seu eixo principal a importância da atenção voltada, tanto as pessoas com deficiência quanto às famílias, destacando sobretudo a dificuldade vivenciada pelos mesmos em relação as aproximações entre os membros, e analisar de que forma isso pode afetar no desenvolvimento da pessoa com deficiência.

O profissional de serviço social dentre todas as suas competências e atribuições traz em sua essência profissional aptidão para estimular o desenvolvimento familiar, por meio dos seus aportes teóricos e metodológicos possibilitará o acesso aos direitos de inclusão e cidadania, realizado desde então mediante articulações em rede com outros profissionais em busca de um estudo aprofundado das famílias, e melhoria no atendimento prevenindo o agravamento da doença.

2 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O campo de estágio descrito neste artigo é uma organização da sociedade civil, vinculado às políticas de Assistência Social, Educação, e Saúde, que presta serviço de proteção social especial, ofertando programas e projetos para os sujeitos com deficiência e sua família.

A experiência do estágio em Serviço Social ocorreu na Associação de Pais e amigos dos Excepcionais (APAE), de Teodoro Sampaio, que tem como missão descrita no Estatuto da Federação Nacional das APAEs, os seguintes encargos:

Art. 9º – São os seguintes os fins e objetivos desta APAE, nos limites territoriais do seu município, voltados a promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial:

I – promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II – prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV – oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

A APAE tem como missão promover e articular ações de inclusão e cidadania, lutar na defesa dos direitos da pessoa com deficiência, prestar serviços, dar orientação, apoiar as famílias durante todo o processo de atendimento, estimular o desenvolvimento do indivíduo com deficiência fisicamente, socialmente, dentre todos os meios necessários, ampliando suas potencialidades e capacidades.

A entidade é sem fins lucrativos, predominante da Assistência Social, está referenciada pelo CRAS³ e CREAS⁴ do município, oferta serviços de Proteção Social de Média Complexidade para pessoas com deficiência e suas famílias, executando atividades relacionadas aos atendidos e seus familiares. Apresenta como finalidade a habilitação e a reabilitação de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, defesa de direitos e a promoção da cidadania e inclusão à vida comunitária e familiar. Atua nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação Especial.

Atualmente a Entidade conta com 74 atendidos com deficiência intelectual e múltipla, com serviços de proteção especial e tem por finalidade dar atendimento nas áreas de educação, psicologia, fonoaudiologia, nutrição, assistência social, acompanhamento e encaminhamento médico e odontológico, habilitação e reabilitação, estimulação precoce, oficinas protegidas, esporte, cultura e lazer, prevenção e orientação familiar enfatizando sempre um trabalho de qualidade como instrumento fundamental para a integração e participação da

³ CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

⁴ CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)

pessoa com deficiência no meio em que vive, assegurando seus direitos e promovendo o desenvolvimento de suas potencialidades.

O atendimento é gratuito e o material utilizado é fornecido pela Entidade que funciona através de convênios com órgãos públicos, promoções e contribuição da sociedade civil por meio de doações.

2.1 Análise do município

O território do campo de estágio insere-se no contexto do município de Teodoro Sampaio, que está localizado na região sudoeste do estado de São Paulo, numa região denominada Pontal do Paranapanema, possui uma população de 21.389 habitantes, sendo que 79,6% urbana (compreendendo a sede do município e o Distrito Planalto do Sul) e 20,4% vivendo na Zona Rural em bairros e 22 Assentamentos de Reforma Agrária.

Os dados gerais do município apresentam problemas que afetam diretamente a população, cerca da metade das famílias vivem com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ do salário mínimo. Os moradores da cidade têm como atividade principal o trabalho rural temporário no corte de cana e o trabalho na indústria alcooleira, mas nas entre safras o índice de desemprego eleva-se agravando a situação de vulnerabilidade econômica das famílias.

O município de Teodoro Sampaio não dispõe de serviços públicos destinados ao atendimento para as pessoas com deficiência, ela surge como uma colaboradora da organização APAE, visto que, não tem competência para atender a demanda, até então ofertada pela APAE.

2.2 Serviço social na instituição

O serviço social dentro da instituição trabalha para a efetivação e garantia de direitos da pessoa com deficiência, além de dar suporte para as famílias que buscam os serviços nas áreas da educação especial, saúde da PCD e da Assistência Social.

O profissional trabalha de forma articulada com as outras políticas e serviços, para que desta forma os direitos da PCD sejam materializados nos diversos âmbitos sociais, também parte do assistente social instigar e mobilizar a sociedade sobre a importância da não discriminação e exclusão social desses sujeitos, partindo de orientações e informações destinadas a inclusão dos mesmos.

Também são desenvolvidas ações socioprofissionais, que implicam num estudo social mais aprofundado, que exige uma maior análise. Como por exemplo, o estudo social realizado para preenchimento e cadastro do BPC, onde o profissional de serviço social se torna uma fonte de informações acerca do benefício.

3. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Estatuto da Pessoa com Deficiência foi criado em 09 de outubro de 2000, neste período era denominado como de Estatuto do Portador de Necessidades Especiais. Após 13 anos, mais precisamente em outubro de 2003 ocorreu uma alteração que contou com a participação de professores, técnicos, familiares, profissionais da área e pessoas com deficiência, onde foi constituído a atual nomenclatura.

Durante esse ano de novas alterações, se construiu uma articulação entre as cinco regiões do país, o que viabilizou a participação social no que se refere a temática dos direitos da pessoa com deficiência. Ainda no ano de 2003, foram recebidas várias propostas de todo o Brasil e que foram implantadas no Estatuto, tais propostas foram enviadas para o gabinete do então deputado federal Paulo Paim, que deu iniciativa ao aprimoramento das leis destinadas as pessoas com deficiência. Abaixo pode-se observar algumas das propostas recebidas:

Não perder o que já foi conquistado, aprimorar os artigos vinculados; Aumento da renda per capita familiar, para que o maior número de pessoas com deficiência tenha acesso a um salário mínimo; Nomenclatura, garantindo um termo internacional e denominado como Estatuto da Pessoa com Deficiência; Acessibilidade universal como eixo central; Reservas de vagas em empresas públicas e privadas, e cargos em comissão; Regulamentação da profissão de intérprete de LIBRAS e a regulamentação da lei que oficializa a Língua Brasileira de Sinais; Criminalização do preconceito e direito à justiça.

Essas propostas contribuíram para a efetivação e o fortalecimento do Estatuto, visto que, foram ouvidas pessoas de diversos nichos sociais e principalmente as pessoas com deficiência e seus familiares, que compartilham a luta enfrentada pelo cidadão com deficiência no Brasil.

O Estatuto tem como objetivo garantir os direitos de inclusão social e de cidadania dos indivíduos com deficiência, como consta na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que prevê a garantia dos direitos a educação, saúde, assistência social, acessibilidade, habilitação e reabilitação, acesso ao mercado de trabalho por meio da inclusão, promovendo a igualdade e a não discriminação, entre outros direitos.

O direito da pessoa com deficiência deve ser assegurado pelo Estado, sociedade e pela família, nas diversas áreas da vida desses indivíduos como previsto no Estatuto:

Art.8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade, à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e a reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

A pessoa com deficiência deve ter seus direitos assistidos e assegurados por toda a sociedade, nos diversos campos, visando seu desenvolvimento, sua inclusão na vida social, a estimulação de sua cidadania, autonomia, autoestima, reforçando seu papel social.

3.1 Tipos de deficiências

A deficiência é conceituada pela ausência ou insuficiência de uma função física, psíquica, ou intelectual de um indivíduo, que vive condicionado ou impedido de realizar algumas atividades do cotidiano, por conta dessa insuficiência. Segundo o Decreto 3298/89, que regularizou a lei 7853/89 configuram-se os tipos de deficiência as seguintes categorias:

deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; **deficiência auditiva** – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz; **deficiência visual** – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; **deficiência mental** – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho; **deficiência múltipla** – associação de duas ou mais deficiências.

6 CONCEITO DE PRECONCEITO

O preconceito pode ser conceituado como um juízo pré-concebido, que se expressa em um modo discriminatório, diante de pessoas, sentimentos, crenças, tendências de comportamento, entre outros. Sendo assim, uma ideia formulada de maneira antecipada e que não manifesta fundamento. Ou seja, no geral o ponto de partida do preconceito é uma generalização superficial que produz e reproduz estereótipos.

Podendo ser compreendido como um sentimento hostil, concebido sem análise crítica, que assume em decorrência da generalização antecipada de

determinada experiência, sendo ela pessoal ou imposta pelo meio em qual vivemos, produzindo a intolerância.

O preconceito está presente em diversas práticas de discriminação contra formas de vida e modos de comportamento que não são aceitos em suas diferenças e particularidades. Mas os diferentes preconceitos - contra mulheres, negros/as, homossexuais, imigrantes, idoso/as, pessoas com deficiência, entre outros/as – comungam de uma mesma atitude, de um mesmo comportamento e forma de pensar. (CFESS, 2017, 7)

Seguindo essa linha de raciocínio, o preconceito pode ser identificado como uma aversão às diferenças, uma não aceitação das multipluralidades, seja ela cultural, religiosa, étnica, dos valores, padrões e das mais variadas diferenças que estão expressas em nossa sociedade.

A produção e reprodução do preconceito contribui para provocar frustrações em quem sofre com esse mal, acarretando o sentimento de não pertencimento dos sujeitos, tanto no âmbito familiar quanto no social.

6.1 Preconceito intrafamiliar nas famílias atendidas pela APAE de Teodoro Sampaio

O núcleo familiar representa em sua essência um grande campo de comportamentos e sentimentos que podem expressar os funcionamentos e as particularidades de seus membros. É nesse campo que se expressa também as maiores mudanças com a chegada de uma criança com deficiência, passando a lidar na maioria das vezes com alterações em sua rotina e até mesmo no comportamento da própria família. A forma como cada membro lida com essa situação influenciará na construção da identidade dessa família e conseqüentemente na identidade de cada indivíduo que pertence a ela.

Seguindo essa lógica, se faz necessário pensar na superação do conceito de doença, sendo este um dos principais desafios a ser superado. Por isso,

a entidade APAE utiliza de um esclarecimento acerca da deficiência referente a cada atendido.

Essas famílias chegam até a entidade muita das vezes sem obtenção do conhecimento acerca da deficiência apresentada por seu membro familiar, desmunidos de informações e orientações, isso pode implicar de forma negativa na maneira na qual essas famílias passarão a lidar com a deficiência.

O que se apresenta de fato e em grandes casos dentro da entidade são atendidos que tem em seu núcleo familiar outros membros que apresentam algum tipo de deficiência, pode-se encontrar casos de famílias inteiras que expressam esse quadro. Neste contexto o trabalho do serviço social e do restante da equipe da APAE esbarram em obstáculos que dificultam a aplicação das práticas profissionais, visto a dificuldade de se trabalhar algumas ações com essas famílias. Fator que por outro lado pode contribuir para a investigação de novas práticas que dê concretude ao trabalho a ser desenvolvido.

O papel do Assistente Social nesse contexto é o de orientar as famílias que procuram os serviços ofertados pela entidade, acerca de seus direitos e dos direitos do seu membro familiar com deficiência.

7 POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

O Assistente Social dentro da entidade munido de uma teoria concreta que possibilite a efetivação e materialização de suas ações e serviços, consegue responder com eficiência a demanda da superação do preconceito intrafamiliar, objetivando alcançar novas atuações para realizar sua prática profissional.

Se faz necessário percorrer um processo que atenda essa problemática nos seus diversos níveis, projetando uma intervenção que de fato interfira na continuidade dessa situação, viabilizando romper com o preconceito intrafamiliar.

A primeira possibilidade de atuação a ser destacada seria na forma de acolher essa família, orientando os membros dessa família acerca da deficiência e das possíveis implicações que podem ser geradas no núcleo familiar em decorrência da mesma, visando sempre destacar o bem-estar e o bom convívio de todos. Além da importância de apresentar toda a funcionalidade da entidade, indicando-a como

parceira dessa família e contribuinte para a melhoria da qualidade de vida do atendido. Ou seja, essa possibilidade desrespeito a interatividade entre a família e a entidade, para que sejam parceiras durante o processo de tratamento.

Outra possibilidade se encontra numa maior articulação da entidade com outros serviços socioassistenciais, entre eles, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) do município, visto que, no CRAS são ofertados serviços que promovem o fortalecimento dos vínculos familiares e que contribuem para o convívio dos mesmos, haja vista, que a alguns casos atendidos na APAE requerem de uma articulação com esses outros serviços, pois perpassam de outras necessidades que serão melhor assistidas com um trabalho mais especializado e amplo.

Dentro do que comporta a APAE de Teodoro Sampaio, por se tratar de uma organização que assiste outras políticas como a da Educação e Saúde, deve-se pensar em novas maneiras de implementar grupos e atividades que trabalhem o convívio e o fortalecimento das famílias atendidas, buscando ampliar de forma clara e objetiva a ótica dessas famílias com relação a importância do papel protetivo que são implicadas a elas.

Neste contexto, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos proporcionaria sobretudo a ampliação do espaço reflexivo, que acarretaria em trocas de experiência, contribuindo para a elaboração de projetos individuais e coletivos, além de desenvolver a autoestima e autonomia dos mesmos.

Outro trabalho implicado a competência do assistente social seria em relação a orientação das famílias da pessoa com deficiência acerca de seus direitos, para tanto se faz necessário o repasse de informações e conscientização relativos a esses direitos. Visto que, em sua maioria as famílias que chegam para procurar os serviços ofertados na entidade também se encontram desassistidas em outras políticas, e apresentando outras demandas, podendo ser elas de cunho imediatistas.

Assistir essas outras demandas acaba por contribuir para a melhoria na qualidade de vida dessas famílias, pois estas podem absorver uma sobrecarga tanto nos cuidados da PCD, quanto uma sobrecarga emocional, financeira, que acabam por implicar na forma com que o membro dessa família que tenha deficiência seja tratado.

Para tanto, é importante ampliar a visão dessas famílias sobre os espaços de lutas que viabilizam o acesso a esses direitos, além de apresentar e

estimular a participação das famílias no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPD), estimulando-os na luta pela construção de estruturas públicas de serviços que acolham as demandas referentes a esse segmento social.

8 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO INTRAFAMILIAR

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), é um serviço constituído de modo a prevenir as situações de riscos sociais, que objetiva a ampliação da troca cultural e de convivência, aumentando o sentimento de pertencimento e identidade dos sujeitos a quem o serviço é ofertado, além de, fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica, que possui um caráter preventivo, organizado na defesa dos direitos e desenvolvimento das capacidades e habilidades de cada indivíduo.

A ideia do SCFV para a proposta de intervenção, parte da possibilidade de desenvolver os laços afetivos das famílias atendidas pela APAE de Teodoro Sampaio, e que sofrem com a ocorrência do preconceito intrafamiliar.

O trabalho partiria da identificação dessas famílias que vivenciam essa situação, sendo de extrema importância o trabalho articulado entre toda a equipe, partindo dos apontamentos feitos pela psicóloga acerca do perfil do atendido, desde os educadores que apreciam um convívio diário em sala de aula, e que podem colaborar no processo de identificação dessa demanda, além de, apontamentos feitos pelos próprios atendidos e/ou familiares.

Após esse processo de identificação, o próximo passo seria fazer um acolhimento dessas famílias onde o preconceito intrafamiliar foi constatado, partindo primeiramente de um acompanhamento dos técnicos da APAE (Psicóloga e Assistente Social) com a família, abrindo espaço para uma escuta qualificada, onde os pais e/ou familiares pudessem relatar qual é o nível de entendimento acerca da deficiência do seu filho. Além de, oportunizando um espaço para esclarecimentos

sobre quais procedimentos serão tomados e sobre as reais possibilidades de desenvolvimento do indivíduo com deficiência.

Em seguida se faz necessário sensibilizar os pais e/ou responsáveis dos atendidos a participarem do SCFV, que busca transformar de maneira positiva as relações entre os membros das famílias que vivenciam o preconceito intrafamiliar. Essa sensibilização se daria por meio de conversas individuais, na busca da compreensão das demandas de cada família, e grupais com a equipe técnica da entidade e de outros profissionais externos convidados, com o objetivo de esclarecer a importância do papel da família para habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, além do, acolhimento e socialização da equipe com a família.

Com o objetivo de integrar às famílias ao SCFV, será disposto a criação de uma Oficina de Convivência, que traz como finalidade a melhoria na qualidade dos vínculos e do convívio familiar. Para êxito da Oficina como meio de interagir nessas relações, é essencial levar em consideração a opinião das famílias acerca dos interesses relativos às atividades a serem desenvolvidas na Oficina de Convivência, criando assim, um meio atrativo de participação dos indivíduos. Sendo necessário criar estratégias de participação das famílias, como por exemplo, a disponibilidade de dia e horário dos sujeitos envolvidos. A ideia inicial propõe que a Oficina de Convivência ocorra aos finais de semana, com a participação de um profissional de artesanato, educador físico, e apoio dos membros da equipe da entidade e de voluntários.

8.1 O Papel do Serviço Social para a Superação do Preconceito Intrafamiliar

As relações expressas no âmbito familiar são complexas, é essencial que o profissional que atue nessa área esteja vigorosamente atento as diversas transformações que são produzidas e reproduzidas dentro desse grupo social. Neste caso, o Assistente Social se apresenta como profissional capacitado para realizar intervenções na realidade dos sujeitos que compõem a esfera da família.

Cabe ao Serviço social na instituição, fazer o acolhimento dessas famílias que vivenciam o preconceito intrafamiliar, além de realizar uma leitura crítica da realidade desses sujeitos, buscando desenvolver a compreensão dos mesmos

acerca do preconceito vivenciado, viabilizando ações que possibilitem que a própria família consiga romper com a situação na qual se encontram.

Neste contexto, o Serviço social dentro da entidade irá promover práticas, atividades e ações que desenvolvam as relações intrafamiliares, ampliando o foco para o indivíduo com deficiência e sua família, proporcionando a melhoria do convívio DESSES SUJEITOS.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pode-se compreender o papel do Assistente Social frente a demanda do preconceito intrafamiliar enquanto profissional que proporciona o estímulo do fortalecimento e do bom convívio familiar para colaborar e dar completude aos serviços prestados pela entidade, de maneira que os resultados desse fortalecimento contribuam para a qualidade de vida todos os componentes dessas famílias.

Contudo, se faz necessário que o profissional dessa área adote uma sistemática que viabilize repensar suas práticas, adotando desde o contato inicial apropriar-se de uma postura acolhedora da família e de suas demandas, desenvolvendo um papel orientador e norteador que proporcione a compreensão e o entendimento acerca da deficiência e das possíveis mudanças que ela trará para o núcleo familiar, e que também sejam oportunizadas ações e atividades que contribuam para a superação de toda forma de preconceito decorrente da falta de entendimento e aceitação que podem ser expressadas.

Retomamos a importância de consolidar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dentro da entidade, como forma de ultrapassar o preconceito vivenciado pelas famílias atendidas na APAE de Teodoro Sampaio, proporcionando uma maior interação entre seus membros e contribuindo em maiores resultados para o processo de tratamento da pessoa com deficiência.

Além da relevância da articulação do serviço social da entidade com outros serviços socioassistenciais que atendam essas famílias em suas múltiplas demandas, buscando uma melhoria expressiva na qualidade de vida desses sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – **Brasília: Senado Federal, 2015**

ESTATUTO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES – **Estatuto das APAES, 2015.**

MANUAL DE FUNDAÇÃO DAS APAES – **APAE Brasil**. Disponível em <<http://novosite.apaebrasil.org.br>>. Acesso em 18 de abril de 2017.

A LIBERDADE É AZUL – Disponível em <<https://aliberdadeehazul.com/category/convencao-sobre-os-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/>>. Acesso em 18 de Abril de 2017.

INTERDISCIPLINARIDADE NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS – Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT07-2013/AT07-013.pdf>>. Acesso em 27 de Maio de 2017.